

Setúbal, subintendente José Casimiro Matias David, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,98, no âmbito do Comando, com consulta prévia a, pelo menos, duas entidades, sempre que o valor o justifique;
- Decidir, na minha falta ou impedimento, os pedidos de concessão e renovação de licenças de uso e porte de armas de caça, cujos requerentes residam na área dos concelhos de Setúbal, Palmela, Sesimbra, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines;
- Processar, na minha falta ou impedimento, as contra-ordenações e aplicar as coimas e as sanções acessórias por infracções cometidas na área de jurisdição deste Comando, por violação aos regulamentos das armas e munições, dos explosivos e matérias perigosas, no domínio do comércio, fabrico, aquisição, detenção, uso e porte de armas e munições bem como do comércio, aquisição, controlo, produção, importação, exportação, detenção, armazenagem e uso de produtos explosivos e de matérias perigosas.

2 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito da competência prevista no número anterior, até à publicação do presente despacho.

24 de Agosto de 2005. — O Comandante, *Guilherme José Costa Guedes da Silva*, superintendente.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 19 503/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Lista n.º 30/05	
Leandro Salino do Carmo	22-4-1985
Eliane de Deus Faria	7-5-1977
André Gomes de Oliveira	11-7-1971
Luciana Alves de Jesus da Silva	6-12-1978
Anselmo Bezerra de Sales	25-4-1968
Vânia Moraes Almeida de Sales	26-8-1977
Gilson Neto Silveira	23-7-1976
Jonas Aleixo de Andrade	28-3-1982
Claudia Maria Alves Massá de Sousa Castro	30-4-1963
Jefferson Melgaço Souza	21-9-1979
Luziane de Fátima Ribeiro Lopes	25-3-1966
Gisele Tessarolo	9-3-1984
Barbara Correia de Carvalho Fonseca Giesteira Almeida	5-3-1982

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 19 504/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Lista n.º 31/05	
Marileni Aparecida Moura Cavalheiro	17-10-1965
Bruno Barbosa Santos	23-12-1985
Jônatas Almeida Pires	25-1-1985
Miriam de Cássia Ricardo Damasceno	20-12-1964
Sandra Mara Nogueira	1-6-1954
Leila Cristina Bronzi	30-12-1976
Joel Fábio de Almeida	16-2-1976
Mário Pinto de Sousa	23-12-1975
Kely Cristina Muniz dos Santos	21-2-1969
Ivan Carlos Alves Bonfim	12-3-1975
Vera Sílvia Oppenheim	24-9-1944
Eliane Rocha Borba da Cruz	19-5-1982
Edvaldo Bezerra da Cruz	19-7-1976

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 19 505/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, à cidadã brasileira:

	Data de nascimento
Lista n.º 32/05	
Fernanda da Silva Lemos	2-10-1962

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 19 506/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 18 de Agosto de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Lista n.º 33/05	
Cintia da Silva Souza	23-7-1973
Marcos Aurelio da Silva	30-8-1986
Suzete Borges de Oliveira	24-6-1970
Leandro do Bomfim	8-1-1984
Claudio Mejolaro	8-1-1982
Ibson Barreto da Silva	7-11-1983
Leandro Silva Wanderley	19-4-1979
Rose Mara Corrêa	30-11-1969
Roque José Memelli	30-10-1962
Marcel Augusto Ortolan	12-11-1981
Lirodiou Gonçalves	25-4-1983
Roberto Brum Vallado	7-7-1978

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho (extracto) n.º 19 507/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Agosto de 2005 da directoria central de Gestão e Administração do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Ricardo Alexandre Fernandes Baptista, técnico profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal dos Hospitais da Universidade de Coimbra — dada por finda, a seu pedido, a requisição neste serviço a partir de 6 de Setembro de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Agosto de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Aviso n.º 7985/2005 (2.ª série):

Carolina Feilman Gentil Quina, conselheira técnica principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com contrato administrativo de provimento — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação do referido contrato pelo período de três anos, com efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2005.

Jorge Manuel dos Santos Leonardo, conselheiro técnico principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, em regime de comissão de serviço — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação da referida comissão pelo período de três anos, com efeitos a partir de 19 de Julho de 2005.

João Miguel Ferreira Serpa Soares, conselheiro técnico principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com contrato administrativo de provimento — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 12 de Agosto de 2005 autorizando a prorrogação do referido contrato pelo período de três anos, com efeitos a partir de 19 de Julho de 2005.